

### **Anexo III – Referências**

#### **Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** A Efetividade do Processo como Direito Fundamental

**Professores:** Manuel Galdino da Paixão Júnior e Fernando Gonzaga Jayme

#### **Referências Temáticas:**

1. Teoria geral do processo: fundamentos e perspectivas acadêmicas
2. Jurisdição
3. Teoria definidora da natureza jurídica da ação
4. Natureza jurídica do processo
5. Processos de conhecimentos, cautelas e execução
6. Partes e causa de pedir
7. Teoria da prova
8. Teoria dos recursos
9. Sentença e coisa julgada
10. Execução de sentença

#### **Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual ou Coletivo de Pesquisa:** As instituições de processo penal e o seu condicionamento político e social na História do Brasil

**Professores:** Sérgio Luiz Souza Araújo, Daniela de Freitas Marques e José Barcelos de Souza

#### **Referências Temáticas:**

1. Fontes e evolução legislativa do Direito Processual Penal brasileiro;
2. Sistemas processuais;
3. O Processo Penal como procedimento em contraditório;
4. Origem e características do inquérito policial;
5. Os princípios políticos e jurídicos do Processo Penal;
6. A evolução científica do Direito Processual Penal;
7. Processo e procedimento. A finalidade do Processo Penal
8. História, estrutura e funcionamento do Tribunal do Santo Ofício;
9. Jurisdição penal;
10. Ação penal.

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** A Efetividade do Processo e atuação do Direito Material

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** O Processo Coletivo

**Professora:** Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau

**Referências Temáticas:**

1. Principais ações coletivas no Direito Brasileiro e seus objetos
2. Teoria Geral dos Processos Coletivos
3. Evolução histórica dos processos Coletivos no Direito Constitucional Brasileiro
4. O objeto material do Direito Processual coletivo comum
5. Aspectos controvertidos da Legitimação Ativa e Passiva nos Processos coletivos Brasileiros
6. Aspectos controvertidos da competência nos Processos Coletivos Brasileiros
7. A coisa julgada nos Processos Coletivos
8. Elementos de identificação das Ações Coletivas e os institutos da Conexão, continência e litispendência
9. A atuação conjunta dos Ministérios Públicos nas Ações coletivas
10. O anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos e a Prática atual

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Tendências atuais da Administração Pública: participação, consensualidade e controle.

**Professores:** Florivaldo Dutra de Araújo e Pedro Paulo de Almeida Dutra

**Referências Temáticas:**

- 1. PROPEDEÚTICA E PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, natureza e fins. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil. 1.2. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil. 1.3. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação Jurídico-Administrativa. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.
- 2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR:** 2.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa. 2.2. ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR: Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão.
- 3. ATO ADMINISTRATIVO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** 3.1. ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade. 3.2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.
- 4. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO:** 4.1. LICITAÇÃO: Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos. 4.2. CONTRATO ADMINISTRATIVO: Conceito, características, modalidades, extinção. 4.3. CONVÊNIOS: Conceito, características. Distinção entre convênios e contratos. 4.4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS: Conceito, características, formação, objetivos.
- 5. SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:** 5.1. Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários. 5.2. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. 5.3. Parcerias público-privadas.

**6. AGENTES PÚBLICOS:** Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores. Responsabilidade do agente público.

**7. DOMÍNIO PÚBLICO:** Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.

**8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA:** Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

**9. DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS E OBRIGAÇÕES PÚBLICAS:** 9.1. DIREITOS SUBJETIVOS PÚBLICOS: Conceito. Fontes. Lesão do direito do administrado por procedimento ativo ou omissivo da Administração. Situações contenciosas nascidas de violação dos direitos públicos subjetivos do administrado. Iniciativa de promover a apreciação judicial. 9.2. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO. Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais. 9.3. OBRIGAÇÕES PÚBLICAS: Conceito. Fontes. Execução voluntária. Execução coativa: meios diretos e indiretos de coerção em via administrativa; controle jurisdicional.

**10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão.

SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA MÍNIMA (preferencialmente as edições mais recentes)

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e Controle do Ato Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e Outras Formas. São Paulo: Atlas.

FERRAZ, Luciano, MOTTA, Fabrício (org.). Direito Público Moderno: Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

LIMA, Sérgio Mourão Correa (org.). Temas de Direito Administrativo: Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Rio de Janeiro: Forense.

MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo, Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. São Paulo: Saraiva (ou Rio:Forense).

## **Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** Da Educação em Direitos Humanos como Instrumento de Participação Política

**Professora:** Adriana Campos Silva

### **Referências Temáticas:**

- 1 - A idéia de justiça política : eficácia jurídica do princípio democrático
- 2 - Dos direitos e garantias políticas : distinção entre direito fundamental e garantia institucional
- 3 - Participação política como liberdade fundamental : o Estado da Justiça
- 4 - Da Educação em Direitos Humanos face a natureza das liberdades públicas
- 5 - Direitos Humanos e Liberdades Públicas : alcance e limites
- 6 - Partidos Políticos
- 7 - Sistema Representativo
- 8 - Sistemas Eleitorais
- 9 - Justiça Eleitoral : da legitimação por procedimento
- 10- Análise da Lei 9.504/97

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Teoria Geral do Delito

**Professores:** Sheila Jorge Selim de Sales e Jair Leonardo Lopes

**Referências Temáticas:**

1. Dos conceitos de crime. Do Conceito analítico do Crime
2. Do Dolo. Da Culpa.
3. Do erro no Direito Penal
4. Das Penas
5. Princípios Constitucionais e Direito Penal
6. Dos Pressupostos Processuais
7. Da Relação Processual
8. Da Ação Penal
9. Das Nulidades
10. Do Concurso de Pessoas

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Teoria Geral do Delito

**Projeto de Pesquisa Individual:** Direito Penal Especial: uma leitura sob o enfoque dos princípios constitucionais penais

**Professor:** Luiz Augusto Sanzo Brodt

**Referências Temáticas:**

1. Princípios Constitucionais Penais.
2. A ordem econômica na Constituição Federal.
3. Direito Penal Econômico: Conceito.Autonomia.Princípios.
4. Delitos contra o Sistema Financeiro Nacional(Lei nº 7492/1986).
5. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.Admissibilidade na ordem jurídica nacional e no direito comparado.
6. Delitos contra a ordem tributária e delitos de contrabando e descaminho(Lei nº 8137/1990 e Código Penal-art.334)
7. Crimes falimentares.
8. Crimes contra o abuso do Poder Econômico(Lei 8.137/90).Crimes contra a economia popular(Lei nº 1521/51)
9. Crimes organizados(Lei nº 9034/95)
10. Crimes contra a lavagem e ocultação de bens(Lei nº 9.613/98)

**Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** Evolução e tendências das limitações ao poder de tributar

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** Teoria Geral do Direito Tributário: Segurança e Proteção da Confiança

**Professora:** Misabel de Abreu Machado Derzi e Werther Botelho Spagnol

### **Referências Temáticas:**

1. Os princípios ordenadores do sistema tributário nacional: Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional.
2. Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário.
3. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios.
4. Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.
5. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. O papel das leis complementares. Evolução e interpretação.
6. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.
7. A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé.
8. O conceito de tributo e as grandes espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.
9. O Procedimento Administrativo e o devido processo legal.
10. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.

### **Linha de Pesquisa: PODER E CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**Projeto Estruturante:** As transformações do Direito material e processual do Trabalho exigidas pelo Pós-Moderno

**Professores:** Antônio Álvares da Silva, Daniela Muradas Reis e Gabriela Neves Delgado

### **Referências Temáticas:**

1. Direito ao trabalho.
2. Flexibilização das relações de trabalho.
3. Relação de emprego e relações de trabalho.
4. Representação e participação do empregado na empresa.
5. Contratos de trabalho e sua regulação jurídica.
6. Direito de greve.
7. Negociação coletiva de trabalho.
8. Sindicatos: fundamentos e tendências.
9. Reforma da Justiça do Trabalho.
10. Tendências e perspectivas do Processo do Trabalho.

**Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA**

**Projeto Estruturante:** A expressão da liberdade no Direito Privado

**Professores:** Manuel Cândido Rodrigues e Silma Mendes Berti

**Referências Temáticas:**

1. Proteção civil da intimidade e os demais bens da personalidade.
2. Prescrição e decadência.
3. Sociedade civil estrita.
4. Abuso de direito.
5. Lesão nos contratos.
6. Enriquecimento sem causa.
7. Responsabilidade civil: pressupostos, tendências e evolução.
8. A propriedade: evolução, natureza jurídica e fundamento do direito de propriedade.
9. Normas cogentes e dispositivas em direito de família.
10. Sucessão legítima e testamentária.

**Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA**

**Projeto Estruturante:** Novos Desafios da Organização Empresarial

**Professores:** Osmar Brina Corrêa Lima, Moema Augusta Soares de Castro e Sérgio Mourão Corrêa Lima

**Referências Temáticas:**

1. Do Direito Comercial ao Direito Empresarial: panorama histórico e perspectivas.
2. Fundamentos e diretrizes constitucionais para o Direito de Empresas.
3. Filosofia e princípios do Código Civil para o Direito de Empresas.
4. Mercados organizados para a atividade empresarial: estruturação jurídica e agentes.
5. Empresário individual.
6. Sociedade anônima.
7. Sociedade limitada.
8. Contratos empresariais.
9. Títulos de crédito.
10. Propriedade industrial.
11. Falência.
12. Recuperação da empresa em crise.

**Linha de Pesquisa: A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM FACE DA PESSOA E DA EMPRESA**

**Projeto Individual/Coletivo de Pesquisa:** O regime de economia de mercado estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil, como instrumento de garantia da liberdade tanto nas relações pessoais quanto nas relações empresariais

**Professores:** João Bosco Leopoldino da Fonseca, Amanda Flávio de Oliveira e Maria Isabel Vianna de Oliveira Vaz

**Referências Temáticas:**

**MESTRADO**

1. O Direito Econômico no contexto das disciplinas jurídicas. Suas características. Direito Econômico e Direito da Economia. Princípios informadores da elaboração das normas de Direito Econômico e de sua aplicação. Perspectivas microeconômica e macroeconômica. A inter-relação com a Ciência Econômica: conceitos de Microeconomia. Princípios de Direito Econômico.
2. Evolução do Direito Econômico – Intervenção regulativa – Intervenção ativa – Implantação do contexto de mercado: contexto constitucional atual: regulação e concorrência. A perspectiva da globalização e os novos direcionamentos do Direito Econômico.
3. Ordem econômica constitucional. Conceito de Constituição Econômica. Evolução do conteúdo. Sua repercussão sobre o estudo e sobre a normatização do Direito Econômico. Princípios constitucionais que regem a atividade econômica.
4. A empresa e o Estado como sujeitos de Direito Econômico. Grupos econômicos. Joint ventures. Formas modernas de contratação empresarial: franchising, engineering, etc. A concentração de empresas como fenômeno atual. O novo papel do Estado: Regulação e Controle da concorrência. As agências reguladoras: análise crítica. A parceria público privada na ótica do Direito Econômico. A nova lei de falências e sua visualização pelo Direito Econômico. A política econômica de criação e promoção da pequena, média e microempresa.
5. A proteção ambiental, como princípio integrante da ordem econômica: recursos naturais, sua preservação. Papel do Estado e da Empresa. As grandes questões ambientais da atualidade: globalidade e interdependência. As origens da crise ambiental e as transformações político-econômicas do capitalismo no século XX. O enfoque econômico da questão ambiental: o problema das falhas de mercado. A economia do meio ambiente e os mecanismos para a correção das externalidades ambientais negativas. A regulamentação da política ambiental no Brasil.
6. A ordem econômica internacional e sua repercussão nas decisões de política econômica interna. Principais documentos integrantes da ordem econômica internacional, seu conteúdo e sua influência no Direito Econômico brasileiro. Direito em crise: Fim do Estado Moderno. A reestruturação global e o Direito.
7. Os tratados econômicos regionais. Sua importância. Principais tratados e sua relação com o Direito brasileiro. O Mercosul: principais documentos constitutivos e regulativos. Evolução progressiva e crises. Abordagem comparativa com o tratado instituidor da União Européia.
8. Planejamento econômico. Sua visão do ponto de vista liberal. A perspectiva do Estado dirigente da economia. Contexto constitucional atual. Papel regulatório-programador das Agências Reguladoras em cada setor. Visão de conjunto. Histórica do Planejamento no Brasil: análise crítica. O planejamento atual no Brasil. Conflito ou convergência entre economia de mercado e planejamento.
9. A proteção do consumidor como um dos princípios informadores da ordem econômica brasileira. O mercado e a inserção do consumidor. Economia de mercado, globalização e política econômica de defesa do consumidor.
10. O Direito econômico e os instrumentos modernos de circulação e distribuição da riqueza. Os organismos financiadores, reguladores e controladores. Seu papel no direcionamento da economia brasileira. A política econômica direcionada a regular o mercado e a eliminar as desigualdades sociais e regionais.

**DOUTORADO**

1. As relações de mercado e a atuação do Estado. Aspectos diacrônico e sincrônico. As relações entre o Direito e a Economia no âmbito de regulação do mercado.

2. A Constituição Econômica e a Ordem Jurídica Comunitária. União Européia, Nafta, Alca e Mercosul. Influência destes organismos econômicos internacionais na tomada de decisões de política econômica brasileira. O relacionamento futuro entre estes organismos e a atuação do Brasil no Mercosul.
3. A organização privada do mercado. A empresa na realidade jurídica brasileira e internacional. A função social da empresa. Aspectos econômicos e jurídicos da empresa. O contexto da globalização. Os chamados agrupamentos europeus de interesse econômico.
4. A política econômica de regulação dos preços. Determinação dos preços. Abusividade na sua fixação. Conceito de abuso de posição dominante: jurisprudência e doutrina internacionais. O preço como instrumento de atuação no mercado. Preços base e preços teto. O “dumping” no mercado interno e externo. O “dumping” como instrumento de proteção e desenvolvimento. Sua visão no G.A.T.T. e na O.M.C.
5. A política econômica de regulamentação do Sistema Financeiro. Aspectos históricos dessa regulamentação no Brasil. Problemas atuais: o Banco Central do Brasil. Órgão regulador ou órgãos controlador da concorrência bancária. Visão do Banco Central. Visão do C.A.D.E. Visão do problema no contexto internacional.
6. A política econômica de proteção do meio ambiente. Surgimento e evolução do questionamento sobre regulamentação jurídica. Aspectos econômicos e jurídicos. Conceituação do chamado desenvolvimento sustentável. Origem e conteúdo desta idéia. Os movimentos internacionais de defesa do meio ambiente.
7. A política econômica do desenvolvimento. A soberania econômica dos países em desenvolvimento. Nacionalizações e desenvolvimento. Regulamentação dos investimentos privados estrangeiros e das empresas transnacionais. As joint ventures e outras formas de associação contratual. O patrimônio comum da humanidade e o desenvolvimento. As transferências de conhecimento (cooperação técnica entre os países). Transferências de tecnologia. Os aportes de capitais (as ajudas: FMI, BIRD e outros). As trocas: o comércio internacional e o desenvolvimento.
8. A política econômica de proteção do consumidor. Surgimento do questionamento jurídico. Aspectos dessa proteção na União Européia, nos Estados Unidos, no Canadá e Mercosul. Os princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Análise crítica do Protocolo de Fortaleza. Confronto entre harmonização e uniformização.
9. A política econômica de regulamentação da concorrência. Aspectos históricos. A atuação da SDE e do CADE. A atuação do poder judiciário. Princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Conceituação de infração à ordem econômica. A admissibilidade dos atos de concentração. Análise crítica da proposta de reforma dos órgãos de defesa da concorrência e do consumidor: a proposta de criação de agência ou de tribunal.
10. A política econômica de controle da qualidade e da informação. Sua influência na política de proteção do mercado, do consumidor e do meio ambiente. A boa-fé e a lealdade nas relações de mercado.



**Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA**

**Projeto Estruturante:** Matrizes fundantes do Pensamento Jurídico

**Projeto Estruturante:** Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

**Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa:**

Justiça: teoria e realidade  
Direito, Cultura e Civilizações  
Hermenêutica na matriz fenomenológica  
Hermenêutica e Constituição  
Educação Jurídica em Direitos Humanos

**Professores:** Joaquim Carlos Salgado, Aloizio Gonzaga de Andrade Araújo, Arthur José Almeida Diniz, Brunello Souza Stancioli, Iara Menezes Lima, José Luiz Borges Horta, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Mariá Aparecida Brochado Ferreira, Maria Helena Damasceno e Silva Megale

**Referências Temáticas:**

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito romano público e privado.
8. O problema da justiça no Idealismo Alemão.
9. Evolução ética do Estado de Direito.
10. Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.

**Linha de Pesquisa: Direito, Razão e História**

**Projeto Estruturante:** Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

**Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa:**

Ciência do Direito: métodos, dinâmica e ação

**Professores:** Mônica Sette Lopes e Miracy Barbosa de Sousa Gustin

**Referências Temáticas:**

1. Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
2. Direito e valor.
3. Direito e coerção.
4. Direito e liberdade.
5. Direitos fundamentais.
6. Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
7. História do direito.
8. Conhecimento do direito e interdisciplinariedade.

9. Evolução ética do Estado de Direito.

10. Hermenêutica jurídica.

### **Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA**

**Projeto Estruturante:** Hermenêutica como Instrumento de Realização da Justiça

**Projetos Individuais ou Coletivos de Pesquisa:** Observatório para qualidade da Lei

**Professores:** Fabiana de Menezes Soares

#### **Referências Temáticas:**

1. Legística Material e Legística Formal no quadro da efetivação dos direitos fundamentais
2. Produção do direito e circulação de modelos jurídicos na *Common Law* e na *Civil Law*
3. Avaliação Legislativa e conhecimento real do direito
4. Compreensão e comunicação da legislação no contexto da melhoria do círculo normativo
5. Legística e Hermenêutica
6. Fronteiras, perspectivas e desafios da Teoria da Legislação
7. Avaliação legislativa e a tecnologia da informação: participação e reconstrução de cenários de incidência normativa.
8. Legística e força vinculante: por uma ordem normativa mais persuasiva e menos coativa
9. O devido dever de publicidade oficial e a presunção de conhecimento da lei

### **Linha de Pesquisa: DIREITO, RAZÃO E HISTÓRIA**

**Projeto Estruturante:** Novos Paradigmas do Direito Internacional

**Professor:** Roberto Luiz Silva

#### **Referências Bibliográficas:**

##### **MESTRADO:**

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito das organizações internacionais**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do direito internacional pós-moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MENEZES, Wagner. **Ordem global e transnormatividade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

##### **DOUTORADO:**

BUERGHENTAL, Thomas. MURPHY, Sean D. **Public international law in a nutshell**. St. Paul: Thomson West, 2006.

DREYFUS, Simone. **Droit des relations internationales: éléments de droit international public**. Paris: CUJAS, 1992.

JACKSON, John H. **Sovereignty, the WTO and changing fundamentals of international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HARRIS, David J. **Cases and materials on international law**. London: Sweet & Maxwell, 1998.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.